

## AUTÓGRAFO LEGISLATIVO Nº 96, DE 16 DE AGOSTO DE 2022

Institui o Programa Municipal de Bolsa Auxílio a Médicos Residentes, direcionado aos profissionais que buscam se aperfeiçoar em áreas carentes de especialistas no município de Uruguaiana.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA.** Faço saber, em cumprimento ao disposto no Art. 182 do Regimento Interno da Casa, que o Poder Executivo propôs e a Câmara Municipal de Uruguaiana aprovou a seguinte Lei:

**Art. 1º** Institui, nos termos desta Lei, o Programa Municipal de Bolsa Auxílio a Médicos Residentes, direcionado aos profissionais que buscam se aperfeiçoar em áreas carentes de especialistas no município de Uruguaiana.

**Art. 2º** O objetivo do presente Programa Municipal é estimular profissionais médicos a realizarem residência em áreas carentes de especialistas no Município, por meio da destinação de auxílio financeiro, com vistas a obterem melhores condições para o aprimoramento profissional, condicionado ao posterior exercício da atividade da respectiva especialidade, no âmbito do Município, com amparo nesta Lei.

**Art. 3º** O Programa Municipal será administrado pelas Secretarias Municipais de Saúde e de Fazenda, de acordo com suas respectivas atribuições, que manterão os registros e controles administrativos, contábeis e financeiros dos contratos referentes à Bolsa Auxílio.

**Art. 4º** Anualmente, e de acordo com a disponibilidade financeira, o Poder Executivo publicará edital de Chamamento Público com a finalidade de estabelecer as regras para as inscrições dos interessados em obter a bolsa prevista nesta Lei.

**Art. 5º** Para obter o benefício instituído por este Programa os médicos interessados deverão preencher os seguintes requisitos:

I – estar aprovado e/ou cursando curso de especialização de Residência Médica elencada entre aquelas de interesse do Município, conforme edital; e

II – possuir inscrição regular junto a Conselho Regional de Medicina – CRM.

**Art. 6º** O Poder Executivo designará Comissão de Seleção e Avaliação para proceder as inscrições no Programa, a análise dos pedidos de Bolsa e decidir pela habilitação ou não do interessado, desde que atendidas as condições estabelecidas nesta Lei e no Edital, observando, também, o limite de recursos orçamentários disponíveis para o Programa.

**Art. 7º** Deferido o pedido de inscrição, no prazo de até trinta dias, será celebrado o contrato de recebimento da Bolsa Auxílio entre Município e residente, o qual abrangerá o período da residência médica até o fim da efetiva prestação do serviço junto ao Município.

**Art. 8º** O valor da Bolsa Auxílio concedida aos médicos residentes habilitados no Programa será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais, devendo ser paga através de transferência bancária, após a assinatura do contrato e mediante comprovação do início das atividades da residência médica.

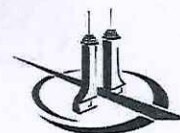
**Art. 9º** O residente poderá solicitar a suspensão temporária da Bolsa Auxílio pelo prazo máximo de um ano, sem importar na perda do direito a mesma e na necessidade de imediato ressarcimento, desde que impedido de prosseguir seus estudos por motivos devidamente justificados e comprovados por escrito.

**Parágrafo único.** Transcorrido o período de um ano sem retorno do médico ao Programa, aplicam-se as disposições previstas no artigo 13 desta Lei.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS  
Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS  
Telefone: (55) 3412-5977  
Site: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br) E-mail: [expediente@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:expediente@uruguaiana.rs.leg.br)



**Art. 10.** O residente deverá concluir o curso no prazo de, no máximo, um ano a mais que o estabelecido no currículo da instituição de ensino responsável pelo curso, sob pena de cancelamento automático da Bolsa Auxílio e início do prazo para ressarcimento.

**Art. 11.** Concluída a especialização, o beneficiário da Bolsa deverá proceder na devolução do investimento realizado pelo Município por meio da execução de serviços médicos, pelo prazo equivalente ao do recebimento do Auxílio, de acordo com o interesse público na área da saúde.

Parágrafo único. A forma de devolução do valor despendido, a título de Bolsa Auxílio pelo Município ao médico residente, deverá observar o valor nominal da Bolsa, convertido na remuneração do especialista, no momento da prestação dos serviços, considerando-se o valor da hora desse profissional.

**Art. 12.** Nas hipóteses de desistência, abandono ou cancelamento da especialização, será devido pelo residente o ressarcimento integral e atualizado dos valores percebidos da Bolsa Auxílio, devendo ser quitado em até três meses a contar da desistência, abandono ou cancelamento, ficando o mesmo impedido de efetuar nova inscrição no respectivo Programa Municipal.

**Art. 13.** No caso do residente concluir a especialização e não retornar ao Município para execução da contrapartida de prestação dos serviços, o mesmo deverá ressarcir ao Município no valor correspondente ao montante recebido a título de Bolsa Auxílio, devidamente atualizada, acrescida de multa no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor atualizado do débito.

**Art. 14.** Apurado a qualquer tempo, falsidade nas informações ou nos documentos apresentados pelo residente, será imediatamente cancelada a Bolsa Auxílio, obrigando o residente ao ressarcimento das importâncias despendidas pelo Município na forma do artigo 13, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

**Art. 15.** Nas hipóteses dos artigos 12, 13 e 14, não havendo o pagamento do crédito no prazo estabelecido, o mesmo deverá ser lançado em dívida ativa, admitindo-se, ainda, o protesto do beneficiário e posteriormente cobrança judicial.

Parágrafo único. Os créditos oriundos desse Programa não poderão ser objeto de isenção ou anistia, sob pena de configuração de improbidade administrativa.

**Art. 16.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias consignadas à Secretaria Municipal de Saúde.


**Art. 17.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, conforme preceitua a alínea "a", do inciso I, do artigo 30, da Lei Orgânica do Município.

**Art. 18.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Uruguaiana, em 16 de agosto de 2022.

  
Ver. PAULO ROBERTO INDA KLEINUBING  
Presidente

À sanção do Poder Executivo.  
Data supra.

  
Ver. ADENILDO DE JESUS PADOVAN  
2º Secretário